



INFOQUADROS

Junho

N.ºs 05 e 06/2009

CAMPANHA DE ANGARIAÇÃO DE SÓCIOS

10 S = 1V

Pág 12

Aveiro



Angra do Heroísmo



810.891 €

é o salário médio
de administrador
executivo

A CRISE NÃO
É PARA TODOS

Pág. 2

PORTUGAL, A
EUROPA E A CRISE

Pág 3

LEGISLAÇÃO
MAIO 2009

Pág. 9



Aveiro



810.891 € é o salário médio de administrador executivo

A CRISE NÃO É PARA TODOS !

O número impressiona: 810.891 euros. Este foi o salário médio auferido por cada administrador executivo de dez das maiores empresas portuguesas cotadas em bolsa ao longo de 2008.

Este valor constitui um rendimento 136 vezes superior ao de um trabalhador que tenha recebido o salário mínimo.

É um português que ganhe o salário médio de mil euros necessitaria de duas vidas para conseguir um rendimento igual ao que um daqueles gestores auferem num ano.

Este tema assumiu topos mediáticos na actual crise com sucessivos apelos à moderação dos níveis salariais.

Ainda recentemente numa reunião dos Ministros das Finanças da Zona Euro, foi admitida a existência de salários escandalosos em empresas da União Europeia.

O Ministro das Finanças Português disse estar preocupado com a dimensão

desproporcionada dos salários dos gestores e também apelou à moderação dos salários dos altos quadros das empresas. Os Governos podem fazer mais que apelos. O Governo pode criar um imposto especial para indivíduos que ganhem mais que um determinado montante e por esta via contribuir para redistribuição dos rendimentos. O problema não é de agora, apenas ganhou maiores proporções devido à crise e à injeção de dinheiro dos cidadãos de baixos salários que os Estados estão a fazer nas empresas que proporcionam aquele tipo de fabulosa retribuição. É também o trabalhador de baixos rendimentos que sustenta aqueles escandalosos salários numa situação de crise financeira em que a política governamental vai no sentido de nacionalizar prejuízos, onde desaparece o argumento utilizado até hoje de que as

PORTUGAL, A EUROPA E A CRISE

O chamado combate à crise está transformado numa interminável sucessão de extraordinárias medidas, cada uma mais surpreendente que a anterior.

É uma vertigem que não permite aos portugueses as entender e muito menos avaliar.

Entretanto as previsões que vêm da CE dizem que a economia portuguesa deverá recuar 3,7% este ano com o desemprego a subir para 9,1% e o défice orçamental para 6,5% do PIB.

São previsões da EU que dizem ainda que a Irlanda, Espanha e Portugal serão os mais lentos a sair da crise.

As principais “ideias” estabelecidas a nível Europeu de combate à crise, sem soluções – milagre contra o desemprego que poderá vir afectar 20 milhões de europeus representam o equilíbrio entre as posições dos vinte e sete em matéria de Europa social e são: incentivar as empresas afectadas pela crise económica a reduzir temporariamente o tempo de trabalho para evitar despedimentos; melhorar o ambiente empresarial com a redução dos custos não salariais, aumentar a formação; investir na investigação e cortar os encargos administrativos. É caso para dizer que não há vento que sobre a favor de quem não sabe para onde vai. Vivemos hoje no leite derramado. Mas é bom que a sociedade entenda que a miséria tem sempre mais força porque não tem nada a perder.

Se dúvidas houvesse aí estão os pontos de violência a nível Europeu para confirmar o princípio.

Em França são já vários os casos de trabalhadores de empresas com planos de despedimento em curso que se barricam na rede, sequestrando os administradores. No Reino Unido, os vidros da casa do ex-presidente do Royal Bank of Scotland foram partidos por populares quando se soube que o gestor do banco que foi salvo da falência pelo Estado, ou seja, pelos contribuintes, ia receber um prémio de 1,2 milhões de euros.

Em Portugal a resignação ainda é o tom dominante.

Mas cresce a sensação de que o direito à indignação não serve de nada se não for pública, ruidosa ou mesmo agressivamente exercido.

Temos de considerar o desemprego na União Europeia como um assunto prioritário.

Pensa-se nos cerca de 19 milhões de europeus hoje desempregados, aos quais se deverão juntar, até ao fim do ano mais 4,5 milhões. São valores que não nos podem deixar tranquilos.

Cada caso é um drama pessoal e familiar. Mesmo quando atenuado, como acontece nos Estados membros mais ricos por sistemas de protecção social eficazes. Estes sistemas acabarão, mais tarde ou mais cedo, por entrar em ruptura. Mas, acima de tudo, a questão do desemprego faz abanar os alicerces da governação democrática da vida política em liberdade da representatividade dos partidos tradicionais. Não tenhamos qualquer dúvida.

A generalização do desemprego está a colocar a Europa no patamar de uma crise política muito complexa. As ameaças à estabilidade institucional e à segurança das pessoas são reais.

Os radicalismos, os desesperos de rua, os nacionalismos extremos são cada vez mais previsíveis.

Nestas circunstâncias a Cimeira do Emprego, em Praga a 7 de Maio foi um desaire tendo a Europa sucumbido à pressão dos senhores do poder da Grã Bretanha, França, Alemanha e Itália a que se junta a Bélgica habituada a definir a agenda de Bruxelas e que acharam que uma Cimeira sobre o emprego a um mês das eleições europeias, quando não há nada a propor, nem ideias claras como resolver o problema, seria contraproducente e faria perder votos.

E assim a Cimeira ficou esvaziada e reduzida a um encontro de líderes de segunda linha.

No centro da reflexão das políticas de emprego na década de setenta com a chegada ao poder de Margaret Thatcher e de Ronald Reagan passou a prevalecer a ideia de que o investimento privado seria a solução absoluta para a criação de postos de trabalho. O papel do Estado seria apenas o de remover todos os obstáculos ao livre exercício do capitalismo.

O paradigma dominante passou a ser o da flexibilidade laboral com contratos a prazo e despedimentos sem entraves. A liberdade de empreender, de abrir e fechar empresas era a única filosofia que contava. Todo o Conhecimento teórico sobre a promoção de emprego foi desaparecendo ao longo dos anos desigualmente do capital de influência da própria Organização Internacional do Trabalho.

Aos trabalhadores quase só resta que a máxima popular funcione no que respeita aos líderes europeus, sou seja, que como toda a gente sabe o medo guarda a vinha, e quem tem traseiro tem medo.

NOTÍCIAS BREVES



NOTÍCIAS DA EUROPA



O Parlamento Europeu bloqueou a nova directiva sobre o tempo de trabalho que os governos queriam. Este documento, que visava substituir o quadro legal vigente, era simplesmente um favor.

Não que a directiva actual fosse boa mas a nova significaria um regresso ao tempo da escravatura.

O que importaria discutir na campanha eleitoral para o Parlamento Europeu seriam em concreto estes factos – de quem partiu a iniciativa; quem quer na Europa jornadas de trabalho similares às da China, praticamente sem horário máximo. E mais. A comissão Europeia decidiu abrir processo contra défices excessivos de quatro países como se o mundo não tivesse sido abalado pelo sismo da crise financeira mundial, como se os Estados não estivessem confrontados com perdas da receita fiscal e aumento de despesas sociais, por força do desemprego galopante e de capital por aumento exponencial do custo do dinheiro.

Como sempre a discussão pública das questões essenciais passa ao lado ofuscada pelos holofotes do fait divers do nome do tratado (de Lisboa) ou das vantagens de um português na comissão europeia que obviamente interessa, caso contrário nenhum país europeu se batia por ter um comissário na comissão europeia.

É verdade que os sucessivos alargamentos, a indefinição do modelo funcional e a crise financeira marcam o dia da Europa que ocorreu a nove de Maio, mas há 55 anos Schuman avisara que a Europa não se faria de um golpe nem numa construção de conjunto, mas antes por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de facto.

Se o processo de alargamento está congelado após a entrada de 12 países nos últimos cinco anos a excepção pode chamar-se Islândia como consequência directa e pungente da crise.

A forma como se faz campanha para as eleições europeias afasta os portugueses da Europa ainda que seja importante para nós não só pelos fundos recebidos que permitem certo grau de desenvolvimento, mas também porque garante que o mundo não se divide entre China e os Estados Unidos, e ainda porque a coesão social é um conceito extremamente rico que implica bem estar colectivo, emprego digno, redução da desigualdade, políticas de protecção social, coexistência pacífica e participação cívica.

Os portugueses gostam de ser europeus porque isso lhes dá a ilusão de que o país não é tão atrasado e estão gratos à Europa por isso. Mas a Europa é lá fora, está distante, é ainda um projecto de elites.

NOTÍCIAS BREVES

A CRISE - O PONTO G



Na Cimeira dos G20 os Estados Unidos e a Europa parecem condenados a estenderem-se quer no eixo do reforço da regulação financeira para impedir uma repetição futura da actual crise, factor enfatizado pela EU, quer no combate à recessão económica onde os Estados Unidos colocam a enfase. Admite-se mesmo como provável que o G20 vá além da duplicação pedida pelo FMI da sua capacidade de empréstimo limitada actualmente a 250.000 milhões de euros, como colorário dos compromissos pela EU e Japão de um reforço de 100.000 milhões cada, quando os Estados Unidos e a China ainda não anunciaram a sua contribuição. A proposta do Banco Central Chinês de criar uma moeda reserva alternativa ao dólar é considerada prematura. No curto prazo considera-se que a moeda de reserva mundial é o dólar e que vai continuar a sê-lo sem

prejuízo de prosseguir o estudo e análise da ideia de criar uma moeda de reserva alternativa ao dólar, baseada nos direitos de tiragem especiais do FMI. De qualquer forma permanece a incógnita de prevalecer as reticências de Sarkozy e Merkel ou o optimismo de Obama. Este diz-se disposto para liderar e pede que os restantes parceiros se lhe juntem com sentido de urgência e um objectivo comum. Por seu lado o eixo franco-alemão não está sensibilizado para se endividar ainda mais e exige uma reformulação do capitalismo com mais regulação. O G20 constitui a derradeira esperança de ultrapassar a crise ao reunir 23 líderes das economias responsáveis por 85% do produto mundial com cinco objectivos: relançar a economia mundial (o FMI recomendou o investimento de 2% do PIB) o regresso dos empréstimos bancários; dotar o

FMI de mais meios; ajudar em especial os países em vias de desenvolvimento e criar novos instrumentos de regulação financeira. Duvida-se que acções recomendadas por alguns especialistas, como o fim dos paraísos fiscais e o combate ao proteccionismo, passem do plano das boas intenções, sendo certo que ninguém está interessado no fracasso da Cimeira. Outros comentadores estimam que a Cimeira do G20 não estará a altura dos desafios que o mundo enfrenta. Em parte porque os grandes países exportadores, como a Alemanha, a China e o Japão não querem deixar de ser, e os outros os importadores não têm forma de continuar a comprar-lhes bens

ACTUALIZAÇÃO DE DADOS Moradas e Emails

Chama-se a atenção dos nossos associados para a urgência da actualização de todos os seus dados pessoais, não esquecendo as moradas e e-mails para uma maior facilidade de comunicação de qualquer assunto importante

O ABISMO

Aos que o acusam de endividar as gerações futuras com projectos de retorno duvidoso, o Primeiro Ministro responde que, em tempos de crise económica não fazer investimento público é, não apenas um erro político mas, também moral. No fundo ele preconiza medidas que outros líderes europeus e mundiais – Ângela Merkel e Barak Obama também aplicam.

E quem acusa o Governo de atirar dinheiro para cima dos problemas não explica como se resolvem esses problemas... sem dinheiro. Tudo bem, o que nós não vemos é estabelecer prioridades. O que nos afecta e preocupa é que por todo o mundo na Europa, em Portugal, se repetem notícias de despedimentos e de empresas que encerram.

É claro que a situação de quem fica desempregado, a pobreza, a fome, a indignidade é a expressão mais visível, dramática e preocupante do desemprego a resolver explicitamente de forma justa e humana. Mas há mais reflexos socialmente perigosos do desemprego que estão a emergir e que não devem ser desvalorizados. Um deles é o de que

A vida do Primeiro Ministro está tão difícil que por mais que um cidadão queira recriminá-lo pela crise em que mergulhou o país, não pode deixar de admirar a crise em que ele mergulhou a sua própria vida. Os portugueses podem estar em apuros mas o certo é que o Primeiro Ministro não dorme descansado. Que o povo contasse anedotas era tolerável; as críticas da oposição admissíveis; que ingleses o acusassem de corrupção aguenta-se; mas quando os Xutos e Pontapés fizeram uma música a chamar-lhe nomes não sabemos se resistiu.

O desemprego existe, é socialmente muito grave e medido em relação à população activa, era de 4% em 2001 e subiu para 8,3% em 2007,



o desemprego se reproduz a si próprio, ou seja, o desemprego gera desemprego. Desde logo porque, inibindo o consumo diminui a necessidade de produção. Depois, porque como é público, em muitos sectores económicos há quem se aproveite do desemprego como pretexto para, facilmente, despedir trabalhadores e desfazer-se da empresa. Para além disso existe também o efeito da degradação das condições de trabalho porque para muitos empregadores o desemprego existente “lá fora” é instrumento para “cá dentro” sobreintensificar a jornada de trabalho, desregular os tempos de trabalho e de descanso e quiçá atrasar o pagamento de salários.

A banca mundial e portuguesa chora as suas perdas mas o que eu sei é que o dinheiro que o Governo usa, milhares de milhões de euros, para responder às crises fabricadas por capitalistas selvagens gananciosos e geralmente impunes, é o que os cidadãos cumpridores dos seus deveres pagam através dos seus impostos.

O que arrepia no meio disto tudo, são os sinais de que passada a procela tudo poderá ficar na mesma, isto é, vamos continuar a servir de alimento para aqueles que diariamente nos não-

O ARTISTA

cavalgando perigosamente para os dois dígitos, reflectindo um dos maiores crescimentos e uma das taxas mais altas da zona euro e mesmo da União Europeia.

Não vale a pena fingirmos que não vemos quando este é um dos maiores falhanços governativos de que há memória em Portugal.

Mais uma vez se confirma a moral evidente: todos os perseguidores, cedo ou tarde, convertem-se em vítimas da sua perseguição. O Primeiro Ministro

devia aprender que quem gosta de tratar da saúde dos outros não pode espremer quando os outros desatam a tratar da nossa, ou seguir o conselho amigo de Padre António Vieira: “Onerai só o que podeis e sereis onnipotentes”.

QUE DIREITO AO TRABALHO

As ideias na génese das novas reformas do direito do trabalho baseiam-se em novo paradigma que apontou para novos tipos de relação laboral como o teletrabalho, o trabalho empreendedor, o tempo parcial, à hora, liberal e muito mais.

Existem realidades como a empresa Nike com 15 mil trabalhadores dos quais nem um só faz atacadores já que funciona em out sourcing, isto é, a sua capacidade de produção é externa à própria empresa.

Por outro lado, se na era dos sistemas de comunicação e informática, que globalizam qualquer problema mas também impessoalizam as relações ainda que o trabalho possa ser opção para o futuro não se pode pensar que será uma opção para a totalidade das pessoas porque algumas podem não se adaptar ao teletrabalho. Não ter vocação e ter um trabalho que não pode ser feito à distância não será nunca uma opção de massas. O divisor comum que atravessa o pensamento dos novos actores sociais tem tradução sucinta na máxima menos garantismo no trabalho para mais garantismo no acesso ao trabalho quando sabemos

O LOBO E O HOMEM

Entre a civilização e a barbárie vai um passo, todos sabemos.

Mas uma coisa é sabê-lo pelo que diz a história, outra coisa é ver com os próprios olhos, ainda que na televisão o homem como lobo do homem.

Quando o Estado se demite ou se revela incompetente – sucedeu agora na África do Sul, mas pode suceder em qualquer lugar – a natureza humana logo revela o pior de si.

A caça ao imigrante moçambicano ou zimbabwea, morto a eito, à paulada, com catana ou pelo fogo, está como explosão brutal e perturbadora do ódio ao outro, incontrolável.

Enquanto espécie, parece que pouco avançamos, afinal. O receio aumenta em situações de elevada críspação dificuldades económicas e aumento da pobreza como a que o país atravessa actualmente com manifesta degradação das condições de trabalho, aumento do desemprego ou salários em atraso, a situação mais próxima do trabalho escravo neste início do séc. XXI num prenúncio de ruptura social se nada for feito.

a realidade recente não comprovou que uma implique a outra, ou seja, sempre que se “facilitou” na tipificação do contrato de serviços laborais não cresceu o emprego. Mais emprego é salutar, mas a solução ultraliberal da precariedade e da exclusão social advogada e aplaudida por uns quantos em nome de uma pseudo eficiência económica não são uma solução, são uma ameaça. Além do que o mercado de trabalho é, na prática, bastante mais flexível do que o enquadramento legislativo sugere.

PASSADO E PRESENTE QUE FUTURO

Usualmente os políticos ficam afectados quando apelidados de mentirosos sempre que confrontados entre as promessas de campanha e a obra feita. O actual Primeiro Ministro não constitui excepção.

Com efeito, Sócrates prometeu:

Mais emprego;

Não despedir trabalhadores da Administração Pública

Revogar as normas mais gravosas do C. T.

Mentiu porque:

Aumentou o desemprego sendo que a OCDE admite para Portugal que o desemprego venha a atingir dois dígitos; Destroí o vínculo de nomeação para a maioria dos trabalhadores e aumenta a precariedade e os despedimentos na Administração Pública estão implícitos na inadaptação, mobilidade especial e avaliações negativas.

A perda de poder de compra tem sido continuada e foi notório o agravamento do código do trabalho para o sector privado e para a Administração Pública.

A maioria absoluta do PS só serviu para degradar de forma clara e contundente os direitos e condições de vida dos trabalhadores. Janeiro de 2009 é a prova desta realidade para os trabalhadores da Administração Pública. É a partir desta data que se fazem sentir muitos dos efeitos nefastos de leis taliban da maioria como o Estatuto Disciplinar, Vínculos, Carreiras e Remunerações e o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas.

Todas estas alterações geram grande perplexidade entre trabalhadores e múltiplas dúvidas não obstante o esforço esclarecedor do

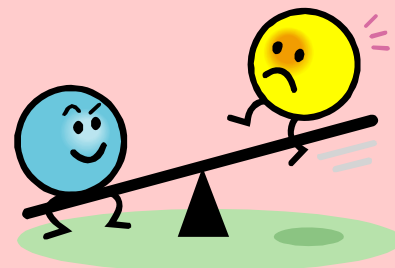
DIA MUNDIAL DA CRIANÇA - 1 DE JUNHO

No dia da criança a palavra à criança

SER CRIANÇA ...

Ser criança é fazer traquinices
 Ser criança é conhecer o mundo
 Ser criança é comer doces sem parar
 Ser criança é sujar o sofá da mamã e não ouvir berros
 Ser criança é não encontrar os perigos
 Ser criança é babarmo-nos todos
 Ser criança é vencermos obstáculos
 Ser criança é ver muita televisão
 Eu ADORO ser criança!

Ana Raquel F. Azevedo (Filha de sócio devidamente identificado)
 2º ano da EB! Do Bonfim - Guarda



MELHOR APRESENTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS SINDICALIZADOS

Por muito egoísta que se assuma a linha dos interesses particulares de cada uma das nações mais desenvolvidas, parece que alguns líderes se preocupam com uma solução global para uma crise global com indícios de que se pretende desenhar uma nova ordem mundial no contrato dos próximos anos. O STE tem feito um esforço para ir além da função estritamente de representação e de negociação colectiva.

E anualmente, à data da negociação anual tem colocado de forma assertiva ao Governo, atento o envelhecimento que grassa nos Recursos Humanos, a possibilidade de construção de parcerias para a criação de respostas aos trabalhadores na ocupação de tempos livres,

prestação de cuidados continuados, lares para idosos com todas as variáveis ou apenas de convívio diário (jornais, televisão, jogos, internet, passeios); assistência domiciliária.

As propostas ficam sempre sem resposta seja esta favorável ou não.

O STE não deixará de insistir e de fazer novas propostas em nome dos reformados que constituem um sector etário carenciado numeroso e a necessitar de apoio a diversos níveis.

Insistiremos até que os Governos deste país nos aceitem como parceiros neste aspecto muito particular de assistência e resposta às pretensões dos reformados da Administração Pública.



LEGISLAÇÃO - MAIO 2009

Dia 4

P 458/09 – 1ª alteração à P 1538/08 de 30-12, que altera e republica a P 114/08 de 6-02 reguladora dos vários aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais

Dia 6

P 481/09 – aprova o Regulamento de Aplicação da Acção nº 4.3.1 “Serviços de Aconselhamento Agrícola” – PRODER

P 482/09 – aprova o Regulamento de Aplicação da Acção nº 1.1.2 “Investimentos de Pequena Dimensão” – PRODER

DLR 5/09/A – aprova as Orientações de Médio Prazo 2009-2012

Dia 7

DLR 6/09/A – aprova o Orçamento Regional da RAA para 2009

Dia 11

L 18/09 – 6ª alteração ao DL 15/93 de 22-01- regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, e republicação

P 494/09 – actualiza as ajudas de custo diárias a abonar aos militares da Marinha, Exército e Força Aérea que se desloquem em missão oficial ao e no estrangeiro

DL 100/09 – altera o artº 1626º do C. Civil e o nº 3 do artº 7º do CRC, quanto à produção de efeitos civis das decisões eclesiásticas relativas à nulidade do casamento canónico e à dispensa pontifícia do casamento rato e não consumado

DL 102/09 – 1ª alteração ao DL 28/08 de 22-02, que estabelece o regime de criação, estruturação e funcionamento dos agrupamentos de Centros de Saúde do SNS.

Dia 12

L 19/09 – altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código do Registo Comercial

DL 103/09 – cria linha de crédito extraordinária destinada à protecção da habitação própria permanente em situações de desemprego

DL 104/09 – Cria o Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas

DL 105/09 – Cria o Fundo Autónomo de Apoio à Concentração e Consolidação de Empresas

DLR 7/09/A – aprova o Plano Regional Anual para 2009

Dia 13

Acórdão do Tribunal Constitucional nº186/09 – DR 92 de 13-05-09: - declara com força obrigatória geral a inconstitucionalidade das normas dos artºs 1º nº 6 e 2º, da L 1/2004 de 15-01, quando interpretados no sentido de que os subscritores da CGA que, antes de 31-12-2003, hajam reunido os pressupostos para aplicação do regime fixado no DL 116/85 de 19-04, e hajam requerido essa aplicação, deixa de ser reconhecido o direito a esse regime de aposentação pela circular de o respectivo processo ter sido enviado à Caixa, pelo serviço onde o interessado exercia funções, após a data da entrada em vigor da lei 1/2004

Dia 14

P 511/09 – Fixa os montantes das prestações por encargos familiares e das prestações que visam a protecção de crianças e jovens com deficiência e ou situações de dependência

P 520/09 – aprova o Regulamento de Aplicação das Acções nºs 3.1.1 “Diversificação de Actividades na Exploração Agrícola”, 3.1.2 “Criação e Desenvolvimento de Microempresas” e 3.1.3 “Diversificação da Economia e Criação de Emprego” integrada no subprograma nº 3 “Dinamização das zonas rurais” do PRODER

P 521/09 – APROVA O Regulamento de Aplicação das Acções nº 3.2.1 “Conservação e Valorização do Património Rural”, 3.2.2 “Serviços Básicos para População Rural”, da medida 3.2 “Melhoria da Qualidade de Vida” integrada no PRODER

Dia 19

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça nº 9/09 – estabelece que os procedimentos cautelares revestem sempre carácter urgente mesmo na fase de recurso

Dia 20

DRR 6/09/M – aprova a estrutura orgânica da Direcção Regional das Florestas da RAM

Dia 21

DL 122/09 – Simplifica as comunicações dos cidadãos e das empresas com o Estado, procedendo à 2ª alteração ao CRP, CIVA, CRC, CIRC, Regulamento de Emolumentos dos registos e Notariado

DL 124/09 – estabelece o regime jurídico aplicável ao trabalho voluntário nas escolas realizado por pessoal docente aposentado

DR 8/09 – revoga o DR 4/06 de 7-03, que adaptou o sistema de avaliação de desempenho da AP à situação específica do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e ensino básico e secundário

Dia 22

DL 125/09 – 1ª alteração ao DL 158/02 de 2-07, que criou o novo regime jurídico dos planos de poupança-reforma, poupança-educação e poupança-reforma/educação

Dia 25

P 547/09 – regulamenta os procedimentos para operações especiais de registos

Dia 27

DL 127/09 – procede à reestruturação da Entidade reguladora da Saúde

Dia 29

Resolução da AR nº 40/09 – criação e desenvolvimento de uma “Fábrica de Ideias” na Administração Pública

P 570/09 – altera os Estatutos do IEFIP, IP aprovados pela P 637/07 de 30-05, com republicação em anexo

P 129/09 – 11ª alteração ao DL 118/92 de 25-06, que estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos.



Opinando...

QUE DESTINO PARA O PAÍS?



O actual Governo chegou ao poder animado pela única finalidade de reduzir o défice. Valia tudo. Os cortes na saúde foram polémicos porque as populações se sentiam abandonadas e condenadas em muitas regiões a viver nesta área tão sensível da misericórdia e solidariedade espanholas para com os doentes aflitos.

Alterou-se para menos, muito menos as condições de assistência na doença dos trabalhadores sem cuidar de saber se estes tinham capacidade económica para aguentar.

Seguiu-se o encerramento de escolas sem que todos os interessados no terreno tivessem entendido e ganho capacidade de resposta a dar às crianças e aos pais.

E à pala de um assumido igualar por baixo mexeu-se nas condições de assegurar o futuro no final da vida activa.

De seguida precarizou-se a relação de trabalho bem como as condições de acesso sempre em nome da poupança.

Com este Governo o país deixou de dimensionar-se ao nível das necessidades dos cidadãos para se reger por meros critérios de disponibilidade económica financeira muito próprios. Por exemplo, há dinheiro para aquisição de serviços mas não para salários.

No que respeita a aposentação assumiu contornos de descalabro pessoal dos trabalhadores apanhados por uma alteração visceral das condições quando já estavam no final da vida activa velhos e doentes, sem condições temporais de negociar qualquer complemento público privado e descontar para tal.

As alterações pontuais são arrancadas à custa de escândalo público.

Não muito distante foi uma situação de escândalo

nacional pela forma desumana com: alguns trabalhadores foram obrigados a manter a sua actividade que esteve na origem pontual que determina que as juntas médicas sejam integradas só por médicos a fim de obstar à prevalência de outros critérios que não os estritamente decorrentes da saúde dos trabalhador mas nem assim chegamos lá.

E outra situação de escândalo local dá conta que as juntas médicas recusam mais que concedem aposentações por invalidez. E mais uma vez a classe médica que lidera o processo vem dizer o que toda a gente já intuiu, ou seja, que prevalece a pressão administrativa - económica sobre o juízo médico e quer, de novo, alterações ao processo.

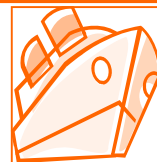
Não há pior cego do que aquele que não quer ver. Para um Governo Tio Patinhas para quem a pilha de euros é sempre pequena jamais aceitará pacificamente acatar um prognóstico médico ainda que valido e correcto porque tal implica pagar aos trabalhadores a pensão sem penalização e o que ele quer é pagar menos (daí a penalização) e durante menos tempo (quanto mais doentes e velhos melhor). É melhor abatê-los!

Colegas, só o receio de recriminação mundial nos salva.

Mesmo um Tio Patinhas não quererá ombrear na história dos povos com crimes de genocídio ou lesa cidadania virando um qualquer King Europeu congénere do original coreano.

Por amor da Santa, como dizem os patrícios brasileiros.

OS PASSEIOS DO STE



CRUZEIRO DO DOURO – 26 de Setembro

Com os nossos associados, familiares e amigos vamos até à Régua, a bordo de um típico barco rabelo, desfrutando das magníficas paisagens do Porto Vinhateiro... O programa inclui viagem de barco Porto/Régua com Pequeno-almoço a bordo, Porto Aperitivo e Almoço. Inclui viagem de regresso Régua/Porto de comboio.

Custo por pessoa: 50.00€ (50% pago no acto da inscrição)

Limite de inscrições: 50

Encontro: 09.00h no Cais da Ribeira do Porto (regresso 19.30/20.30h)

Inscrições: Secretariado do Porto - R. da Alegria, 248 1º Esq, tel. 222004630, fax 222004629 (a inscrição só fica efectivada com o pagamento de 50% do valor do custo)

Albertina Rocha (albertinarocha@tvte.pt; 91 423 06 90)

Rui Afonso (ruifonso@gmail.com; 934 777 127)

Para quem necessitar de hotel e precisar de ajuda... contem connosco!!!



PROTOSCOLOS - STE

VIAGENS MARSANS LUSITANA - PORTO

Os associados, familiares, colaboradores e seus familiares directos poderão beneficiar das seguintes condições de aquisição, mediante o comprovativo da sua condição de beneficiário: Descontos – 10% em todos os programas de viagens organizadas pela Marsans ou outros operadores por ela recomendados, desde que tais pacotes se encontrem publicados ou publicitados pela Marsans em catálogo ou em proposta específica

Desconto de 3% sobre pacotes de viagens em promoção, designados por ofertas.

Para mais informações contacte:

C.C. Dolce Vita Porto - Lj 0.12 – Rua dos Campeões 4050-414 PORTO

Telf: 22 508 77 40

Fax: 22 502 45 35

e-mail: 6110@marsans.pt

www.marsans.pt





**SINDICATO DOS QUADROS
TÉCNICOS DO ESTADO**

SEDE:

R. Braamcamp, 88 - 2º Dt.º
1269-111 LISBOA
Tel.: 213 860 055
Fax.: 213 860 785

E-mail: ste@mail.telepac.pt
DEPARTAMENTO
DE FORMAÇÃO:

Av. Fontes Pereira de Melo, 31-2º C

1050-117 LISBOA
Tel.: 213 172 099
Fax.: 213 170 702

PORTO

R. da Alegria, 248 - 1º Esq.
4000-034 PORTO
Tel.: 222 004 630
Fax.: 222 004 629

E-mail: steporto@mail.telepac.pt
COIMBRA

Av. Fernão de Magalhães,
Nº 676 - 3º andar - sala 1
3000-174 COIMBRA
Tel.: 239 838 176
Fax.: 239 825 186

E-mail: stecoimbra@iol.pt
ÉVORA

R. Fernanda Seno, 18-A, R/C
7005-485 EVORA
Tel./Fax.: 266 744 771
Telm.: 961 724 137/47

E-mail: ste.evora@gmail.com
AÇORES

Rua do Rego, 24 - 1º,
9700-161 ANGRA DO HEROISMO
Tel. e Fax.: 295 217 079

E-mail: steacores@post.com
MADEIRA

R. Câmara Pestana, 6
1º andar, Sala D
9050-017 FUNCHAL
Tel.: 291 226 023
Fax.: 291 226 028

ALGARVE

R. D. Vasco da Gama, 54, 2º Dto.
8004-197 FARO

E-mail: ste.algarve@gmail.com
VISEU

E-mail: ste.viseu@sapo.pt
Telm.: 961 879 731

Directora:

Maria Teresa Rosa

Periodicidade: Mensal
Tiragem: 18.000 exs.



Campanha de Angariação de Sócios

A fórmula 10 S = 1V

O *STE*, pretende aumentar o número de sócios, receber outros colegas que até a data ainda não se sindicalizaram.

No passado houve o "deixa andar, um "motivo muito forte" para não se sindicalizar.....

Presentemente todos somos conscientes de que, se isso sucedeu no passado, essa não poderá ser a atitude do futuro.

- Nos últimos tempos as condições de trabalho, que tanto têm regredido, seriam sem dúvida muito piores sem o esforço das organizações sindicais: nesse sentido o *STE*, foi sempre determinante nas negociações.

- A recente introdução de alterações legislativas em matéria de carreiras, abre a possibilidade de que se associem ao *STE* trabalhadores do serviço público que não estavam integrados na anterior carreira técnica superior.

A introdução de modelos de Avaliação muito mais complexos como o SIADAP, as inúmeras mudanças na legislação sobre carreiras, sobre vínculos, sobre férias, sobre faltas e licenças e sobre tantas e tantas modificações em tão pouco tempo ... tornam necessário o apoio de uma organização sindical que dê apoio, que dê esclarecimentos, e que nas negociações sindicais seja independente e forte.

Assim, conscientes da força de um maior número de trabalhadores sindicalizados, o *STE* lança a Campanha:

Por cada 10 novos sócios que um colega inscreva no *STE*, terá direito a um *Voucher*, que será escolhido entre algumas possibilidades de estadias em hotéis ou jantares especiais, etc.

Esteja atento às informações que em breve poremos na nossa página na net.

